

## SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NO MAR: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA GEOPOLÍTICA DO CAPITALISMO

*Sustainability and Development at Sea: Considerations from the Geopolitics of Capitalism*

Alexandre Rocha Violante<sup>1</sup>

Este breve ensaio busca um debate, a partir da geopolítica do capitalismo, da exploração de recursos em espaços marinhos de atores centrais do sistema internacional, paralelamente à destruição de riquezas naturais de atores da periferia do sistema. A pergunta que procurou ser respondida é se tal sistema se sustenta sem uma reorganização dos principais atores desse sistema, em prol da sustentabilidade e do planeta Terra.

Pode-se dizer que o mar, ao passo que é integrador de povos, culturas e da economia, por meio da cooperação, também representa espaços e volumes de disputas de poder. Essa dicotomia entre conflitos e cooperação faz parte da história da humanidade, mais precisamente desde a aurora do homem, em que o conhecimento de técnicas, o desenvolvimento de tecnologias fez com que comunidades políticas longínquas passassem a dominar ferramentas imprescindíveis tanto ao desenvolvimento político, social e econômico em tempos de paz e de guerra.

Ao longo dos séculos, as comunidades políticas conceituaram-se Estados. Tal denominação, chamada de Estado Nacional originou-se da Paz de Vestifália, em 1648, uma série de tratados que puseram fim à Guerra dos 80 anos<sup>2</sup> e à Guerra dos 30 Anos<sup>3</sup>. Com a consolidação dessa organização política, estabeleceu-se o princípio da soberania e a abertura de novos mercados consumidores por meio das grandes navegações e do colonialismo. Assim foram definidas as novas fronteiras políticas da Europa, um novo equilíbrio do poder que resultou em uma disputa pela hegemonia mundial que persiste até a atualidade.

---

<sup>1</sup> Capitão de Mar e Guerra; Instrutor de Relações Internacionais da Escola de Guerra Naval (EGN); Professor Colaborador de Relações Internacionais do INEST-UFF e Coordenador Executivo do Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho (CEDEPEM).

<sup>2</sup> A Guerra dos 80 anos ou Revolta Holandesa de 1568 a 1648 foi a Guerra de Secessão, onde o território que hoje engloba os Países Baixos se tornou um país independente frente à Espanha.

<sup>3</sup> Guerra dos 30 Anos (1618-1648) representou uma série de guerras que envolveram várias Nações europeias a partir de 1618, especialmente na Alemanha. Os motivos que levaram aos conflitos foram: religião, dinastias, território e comércio.

As grandes acelerações das técnicas derivadas de investimentos em CT&I proporcionaram transformações consideráveis. A junção da ciência com a técnica consolidou sistemas econômicos e políticos, formando uma base ideológica que persiste até a atualidade (SANTOS, 1996, 2001).

A segregação entre Estados mais desenvolvidos, detentores de tecnologias que levam ao desenvolvimento e aqueles que são meros fornecedores de matérias primas representam as desigualdades existentes na busca por poder e influência, seja em terra ou no mar – em sua superfície, coluna atmosférica e dimensão submersa. Esses antagonismos estratégicos e econômicos garantem a manutenção de um *status quo* sistêmico, em que os Estados Nacionais compreendidos como espaços de destruição, transformam-se em meros fornecedores de recursos àqueles que possuem a força de opinar e ditar as regras de um sistema internacional extremamente hierárquico e que não representa a espacialidade territorial. Não há desenvolvimento e maior inserção/projeção de poder sem um projeto autônomo que rompa essas barreiras geográficas e de pensamento (HARVEY, 2006).

Na contemporaneidade, o advento e entrada em vigor da Lei do Mar (CNUDM), a partir de 1994, representaram enormes ganhos de soberania marítima a Estados periféricos distantes das esferas do poder. Muitos desses Estados possuem espaços sob jurisdição muitas vezes maiores que suas próprias soberanias terrestres. Estão nesses casos, microestados insulares e Estados Costeiros com fronteiras livres para o mar.

No Brasil, a tridimensionalidade do mar e de suas águas interiores o faz um a potência costeira e de enorme potencial oceânico. Detentor de um litoral de 7.367 km de extensão, 5,7 milhões de km<sup>2</sup> e incomensuráveis volumes sob jurisdição, seus sítios ambientais, recursos vivos e não vivos relevantes à conservação, proteção, uso e defesa de riquezas cada vez mais cobiçadas dada a escassez que tem permeado a atual e mais assimétrica globalização. O Direito Internacional não é garantia de desenvolvimento tanto ao Brasil quanto aos demais Estados costeiros periféricos, ante os espaços e volumes angariados. Para tal, todas as suas atividades devem ser realizadas de forma cooperativa, integrada e sustentável, mesmo diante de entendimentos antagônicos do ponto de vista estratégico das chamadas novas ameaças<sup>4</sup>, ameaças tradicionais<sup>5</sup> e transnacionais<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Comumente identificadas como: terrorismo, tráfico ilegal de armas, drogas e pessoas, pesca ilegal, contrabando, descaminho, pirataria e, até, ações terroristas, além de outros ilícitos transnacionais.

<sup>5</sup> Corresponderem a ameaças proporcionadas por outros Estados, na busca por influência e poder.

<sup>6</sup> Podem ser consideradas a partir de atores transnacionais de capital apátrida. São sujeitos de direito internacional que representam interesses diversos, muitos influenciando políticas de defesa e externas de grandes Estados Nacionais.

Atualmente, as novas ameaças se encontram em praticamente todos os sítios marinhos. Não se pode esquecer principalmente das ameaças tradicionais, de atores com maior poder relativo no sistema internacional, e nem de corporações transnacionais que têm adquirido novo *status* hierárquico de poder interna e externamente aos Estados Nacionais. Ao deterem consideráveis níveis de tecnologia, esses atores têm influenciado, cada vez mais, o processo decisório da política internacional, em posições bem diversas das empresas multinacionais do século passado

A escassez de recursos sempre representou a busca por espaços e poder para que a economia pudesse se movimentar. Recursos de viés energético, como óleo, gás, minérios e energias renováveis são os mais visados. Alimentos e a água potável se juntam à relativização da soberania dos Estados periféricos com menos recursos de Poder Nacional. Sob o viés de universalidade, o estabelecimento de boas e más práticas de soberania tem regido as relações entre esses atores. Dentro do maior e mais desigual processo de globalização já visto, regiões ricas em recursos estão cada vez mais sujeitas a processos de securitização sob os mais diversos motivos, muitos desses para legitimar os interesses dos verdadeiros donos do poder mundial.

Essa harmonia de interesses se reveste em ideologias dos Estados mais empoderados do sistema internacional, proliferando-se e sendo entendidas como senso comum. Esses novos conceitos não deveriam legitimar ações arbitrárias, mas são utilizadas como práticas gerais, morais e legais. Tais interesses foram explicitados por Edward Carr, há mais de 70 anos:

Não será difícil demonstrar que o utópico, quando prega a doutrina da *harmonia de interesses*, está vestindo seu próprio interesse com o manto do interesse universal, a fim de impô-lo ao resto do mundo. No âmbito internacional, as teorias da moral internacional são produto das nações ou grupos de nações dominantes, um artifício moral engenhoso invocado para justificar e manter sua posição dominante (CARR, 1981, p.139) (*grifo nosso*).

Somado a isso, a legislação marítima internacional apresenta lacunas importantes na defesa do Direito do Mar quanto ao questionamento, responsabilidades e utilização de seus espaços e volumes. Uma delas, por exemplo, passa pelo direito ao uso da Área internacional, situada além dos limites de jurisdições nacionais e administrada por uma autoridade internacional. Esses espaços são fontes de grandes riquezas estratégicas, mas demandam tecnologias especiais para exploração. Atualmente há grandes discussões acerca de espaços da Área, quase que exclusivamente concedidos a países centrais, corporações e organizações financeiras transnacionais, que aumentam

suas jurisdições e hegemonias frente aos países periféricos, que não têm sido beneficiados pela prometida transferência de tecnologia do atual processo de globalitário.

Basear-se apenas na Lei e nos costumes do mar e de outros organismos multilaterais, muito importantes para a governança marítima, podem não trazer o grau de universalidade de um bem comum à humanidade. Apenas o uso, a proteção e defesa dessas riquezas, proporcionando um desenvolvimento sustentável podem fazer com que os Estados Nacionais ascendam politicamente, reduzindo assimetrias que caracterizam o atual sistema de Estados, inserido em uma geopolítica do capitalismo que tem incrementado o consumo exacerbado e insustentável em longo prazo.

Enquanto a cooperação internacional não prevalecer diante do *ethos* egoísta do ser humano, torna-se aconselhável não abdicar da possibilidade do uso da força para a resolução de controvérsias, como última *ratio* dos Estados Nacionais, na defesa de seus interesses político-estratégicos, de suas soberanias.

A consciência da importância do mar começa no ciclo básico educacional da população. Talvez seja esse um dos motivos que fazem com que parte dos pesquisadores e estudiosos do mar percebam as ciências humanas e, mais particularmente, a defesa nacional como uma área não tão prioritária com relação a tantas outras ligadas às ciências da vida. Todas as áreas ligadas ao mar são, sem exceções, importantes a um processo conjunto de integração e cooperação para um desenvolvimento racional das riquezas dos oceanos, dessa última fronteira mundial.

O desenvolvimento racional e sustentável decorre da construção de um pensamento crítico, que deve ser buscado pelo debate contínuo na sociedade, ancorados em análises apuradas dos eventos contemporâneos no mundo.

Sem conhecer e compreender profundamente as diversas atividades e interesses que lá existem e como estas se inter-relacionam com o ecossistema marinho não haverá desenvolvimento que garanta sustentabilidade e crescimento aos Estados Costeiros periféricos. Os Estados mais desenvolvidos, considerados potências marítimas, estão muito à frente na arregimentação de seus interesses marinhos. Sem um sentimento de maritimidade dos países periféricos, a luta pelo conhecimento tecnológico, sem políticas públicas sólidas, se reduzirá a meros espasmos de um desenvolvimento insustentável, influenciado por um pensamento estratégico dependente de outras potências.

Os Estados que melhor estabelecerem e coordenarem esses projetos e planos estratégicos, derivados de políticas públicas importantes a um desenvolvimento tecnológico autóctone,

terão uma estratégia mais crítica às racionalidades hegemônicas do mundo atual. Com isso, barreiras externas e internas a uma maior inserção e projeção global poderão ser rompidas.

A tendência, caso não ocorra uma reformulação no sistema mundial que represente o atual jogo geográfico da política internacional e não aquele do fim da 2ª Guerra Mundial é que as divergências locais, regionais e mundiais se aprofundem, causando mais conflitos e diminuindo a cooperação na busca por desenvolvimento, recursos naturais e áreas de interesse estratégico, aumentando muito mais o cerceamento tecnológico a tecnologias sensíveis.

Nesse aspecto, as palavras do Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense, Eurico de Lima Figueiredo (2015, p.62) reforçam as análises apresentadas: “o poder e a política devem vincular-se à independência nacional que, por sua vez, está vinculada à defesa e ao desenvolvimento, assim como se pode dizer que não ocorre verdadeiro desenvolvimento sem sistemas críveis de defesa. Desenvolvimento e defesa são conceitos que não podem ser pensados indissociadamente.”

Talvez o mundo precise de uma nova Paz de Vestifália para que a geopolítica do capitalismo não o destrua, permanecendo a Terra, ou melhor, o Planeta Água, mais sustentável ao futuro da humanidade.

## REFERÊNCIAS

- CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. **Pensamento Estratégico Brasileiro – Discursos**. Rio de Janeiro: Editora Luzes – Comunicação, Arte & Cultura. 2015b.
- HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York, Verso, 2006.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.